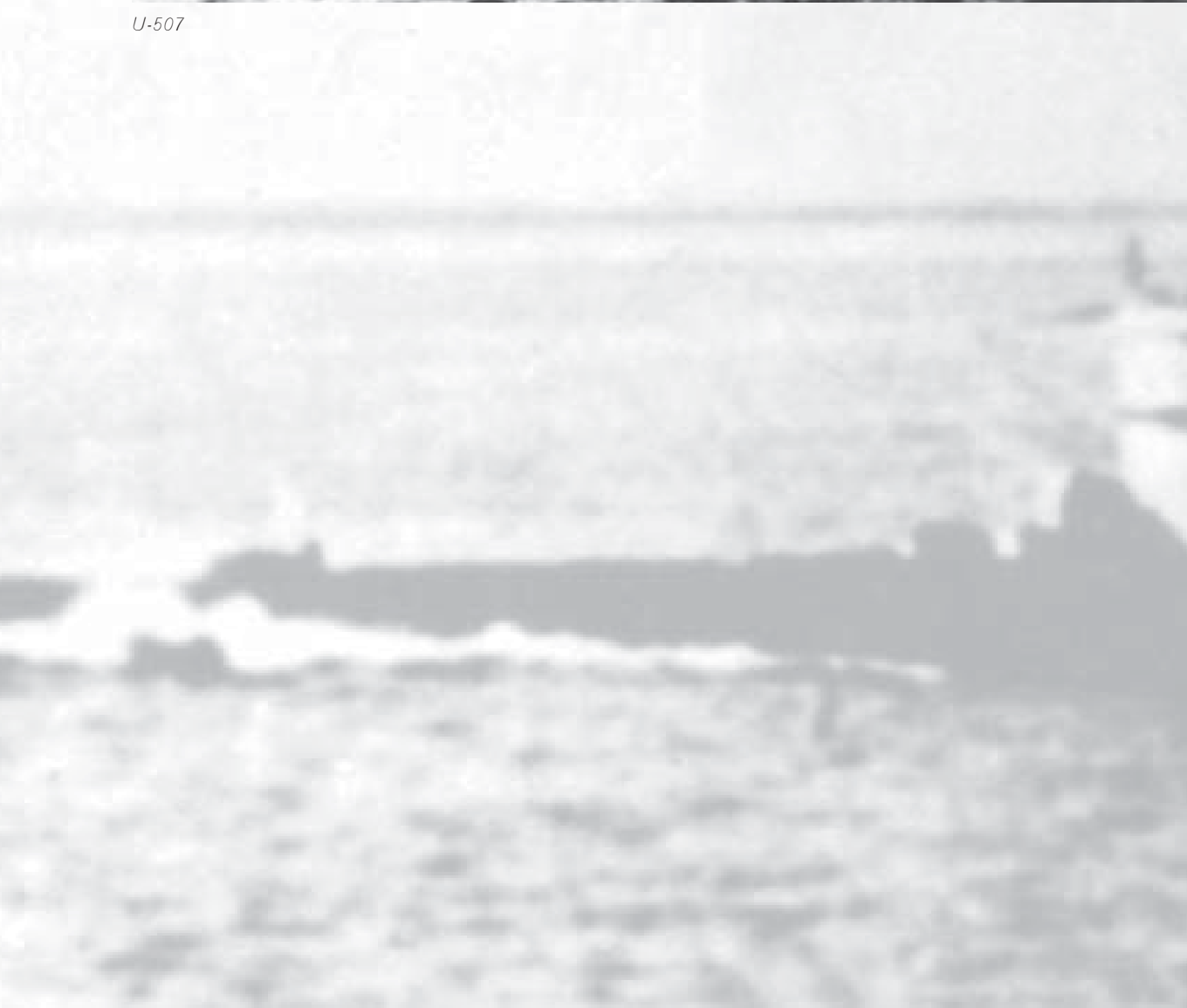


FONTE: Arquivo do SDM



U-507



U-507: um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil

Elsio Gomes Filho

Graduado em História pela Universidade Veiga de Almeida e pós-graduado em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Atualmente presta consultoria em pesquisa na área de história marítima e naval.

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar os ataques do U-507 em águas territoriais brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, afundando diversos navios brasileiros. Apresenta, ainda, a posição do Almirante Karl Doenitz, abordando suas decisões e sua importância para as ações do U-507 nos mares brasileiros. Este trabalho é um convite ao leitor interessado em conhecer um pouco mais sobre a campanha submarina alemã no Atlântico Sul.

PALAVRAS-CHAVE: SUBMARINOS, NAUFRÁGIOS, SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

ABSTRACT

The aim of this article is to show the U-507, attacks on Brazilian territorial waters during the Second World War, sinking some Brazilian ships. In addition, shows the position of the Admiral Karl Doenitz, approaching your decisions and your important to actions of the Brazilian seas. This work is an invitation to the reader interested in knowing a little more about the German submarine campaign on the South Atlantic.

KEYWORDS: SUBMARINES, SHIPWRECKS, SECOND WORLD WAR

“Terminou assim a campanha submarina. Prenhe de sacrifício e coragem, honrosa e sem mácula, foi a conduta das guarnições durante a batalha. De, aproximadamente, 38 000 homens que compunham a arma submarina, 30 000 foram perdidos. Em compensação, seus êxitos foram sem par. De acordo com dados inimigos, foram afundados mais de 2 000 navios, ou sejam, pelo menos 14 milhões de toneladas...” (Almirante Karl Doenitz)

As palavras do Almirante Karl Doenitz, escritas em louvor aos atos perpetrados por seus obstinados subordinados na guerra submarina, obviamente, não correspondem à realidade e nem poderia ser de outra maneira, já que a guerra submarina tende a se deteriorar rapidamente, porque uma de suas funções é a de matar não somente marinheiros e destruir navios, mas a vontade moral de um país de continuar a luta. É bem verdade que a devotada campanha dos U-Boots se inseriu na *Tonnagekrieg*, isto é, na estratégia da guerra da tonelagem, pela qual os alemães objetivavam tirar dos Aliados a franca capacidade de poderem transportar pelos oceanos matérias-primas, o que incluía petróleo necessário ao esforço de guerra, bem como material de guerra, munições e efetivos militares.

Contudo, a guerra submarina, em ambos os lados, foi praticada sob forma atroz, cruel e muitas vezes criminosa. Diga-se de passagem que poucas tentativas foram feitas por submarinos dos Aliados para salvarem inimigos sobreviventes depois que os navios haviam

sido afundados. E houve até um comandante de um submarino norte-americano que, depois de ter torpedeado um navio japonês, ordenou que seus subordinados atirassem em todos os sobreviventes, que se debatiam no mar. Assim, no Tribunal de Nuremberg, os advogados de defesa tentaram tirar o máximo partido de uma afirmação: *tu quoque* (“você é outro”), considerando que, entre os crimes denunciados, havia pelo menos alguns igualmente cometidos pelos Aliados. Estritamente falando, a culpa semelhante, suposta ou comprovada, de outra pessoa, nunca pode ser admissível como defesa legal válida, mas seu efeito moral e psicológico pode ser considerável. Isto deve ter pesado muito em favor dos Almirantes Doenitz e Raeder, uma vez que ambos tinham sido acusados de “fazer guerra submarina irrestrita”, e ambos foram absolvidos dessa acusação, alegando-se que a Grã-Bretanha e os EUA haviam reconhecidamente feito a mesma coisa.

É bem verdade que nos meses interdiários entre seu rompimento de relações

diplomáticas e sua declaração de guerra, o Brasil estava, em face da Alemanha e Itália, numa situação que poderíamos chamar, bastante apropriadamente, de quase-beligerância. Mas, o que foi feito no mar costeiro brasileiro desonra a conduta do Almirante Doenitz e torna-o culpado de haver cometido crime de guerra?

Através das próprias palavras daquele oficial alemão, poderemos acusá-lo de crime de guerra sem sermos taxados de tendenciosos, uma vez que ele não esconde o seu desejo de praticar um ato de represália contra o Brasil. Ora, não é difícil expor que ele tentou justificar a ação terrorista cometida pelo *U-507* através de uma ambigüidade sem igual. Como então constataremos mais à frente, ao mesmo tempo que Doenitz confessa que a ordem do deslocamento de um único submarino para atacar navios brasileiros (os quais ele sabia de antemão que seriam navios de navegação doméstica) partiu de sua boca, dilui a sua responsabilidade pessoal ao registrar que tal ataque seria para “agir de acordo com as instruções recebidas”, com a cooperação do seu ministro do Exterior, quando, na verdade, Joachim von Ribbentrop veio autorizar ações somente ao “largo do Brasil”, zona onde obviamente não se encontrariam navegando navios das linhas de cabotagem no transporte de passageiros.

De modo que Doenitz não preza por dizer a verdade ao revelar que o seu submarino afundou cinco navios nacionais “fora das águas territoriais brasileiras”. É bem verdade que pelo Decreto 5.798, de 1940, o mar territorial brasileiro tivesse a largura de apenas três milhas, mas as atividades anteriores dos submarinos do Eixo no Atlântico Sul sempre se fizeram em zonas bem distantes da estreita faixa de águas territoriais brasileiras, isto é, efetuavam seus ataques exatamente ao “largo do Brasil”, procurando atingir a navegação de longo curso, assim como os navios de guerra das nações aliadas. Ora, um dos mais completos, estruturados e conhecidos *website* sobre submarinos e submarinistas alemães (*uboat.net*) propaga aquela inverdade advinda do sucessor de

FONTE: TEVENS, 1959, p. 183



FIGURA - 1: Almirante Donitz

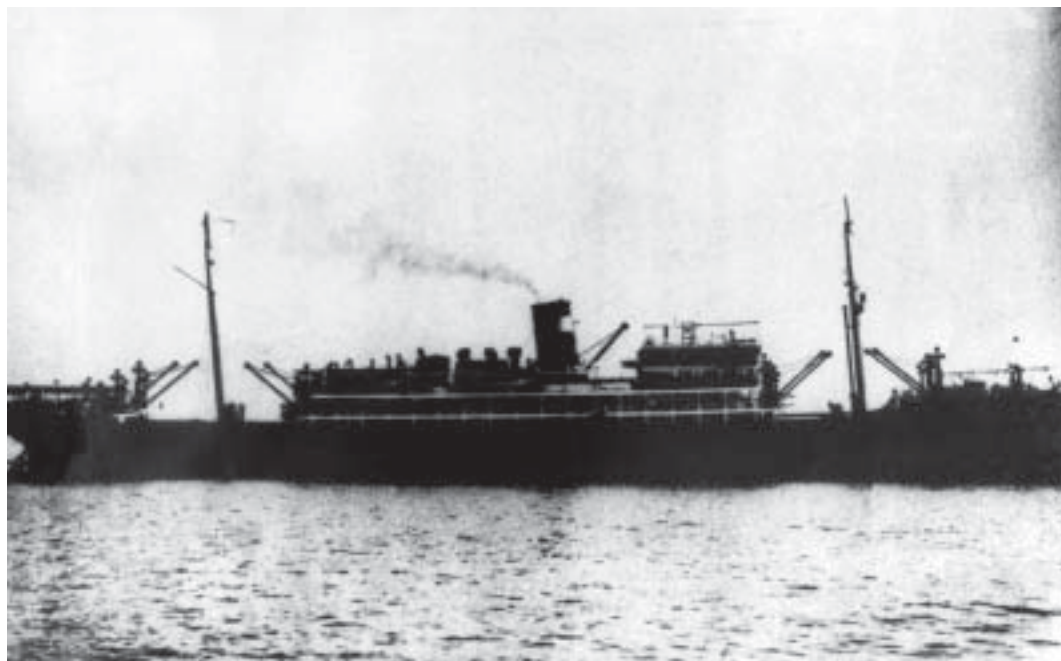
Hitler, o comandante da Força de Submarinos, o último comandante-em-chefe da Marinha alemã, o qual ordenou o assassinato de brasileiros indefesos.

TERRORISMO OU AÇÃO BÉLICA?

A região marítima ao “largo do Brasil” era secundária em termos de fluxo marítimo, ou seja, as zonas distantes da costa brasileira não possuíam representatividade marítima comparável com a região da costa leste dos EUA (região onde aconteceram quase 70% das perdas hemisféricas no primeiro trimestre de 1942), do Golfo do México e do Caribe. Nesta região, a guerra submarina contra o comércio marítimo dos Aliados foi travada em um cenário principal. Contabiliza-se que no ano de 1942, de janeiro a junho, 325 navios foram afundados no litoral e ao largo das Américas, quase a totalidade dos quais na porção norte do hemisfério. Em outras palavras, o Atlântico Sul era um teatro secundário para as operações submarinas do Eixo (é importante frisar

que durante todo o ano de 1942 nenhum submarino do Eixo foi afundado ao largo do litoral do Brasil), de modo que se conclui que a guerra submarina travada ao sul do continente americano pouco interesse desperta entre os pesquisadores estrangeiros, mas não sabem eles, ou não têm interesse em saber, se as ações dos submarinos do Eixo no Atlântico Sul foram travadas em zonas afastadas do litoral, ou próximas deste, e que deixaram marcas profundas e indeléveis, antes e depois da declaração de guerra do Brasil. Por exemplo, os torpedeamentos dos navios mercantes *Baependi*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba* e *Arará*, que ocorreram entre 15 e 17 de agosto de 1942, se constituíram em um dos episódios mais dramáticos da história contemporânea do Brasil. As atrocidades que foram planejadas e que vieram a ser praticadas por um só submarino, que atuou sob a bandeira da cruz suástica, motivaram grande e furiosa reação popular e levou o País a declarar guerra à Itália e à Alemanha. Trata-se então de atos de terrorismo por demais sérios para não

FONTE: Arquivo do SDM



Araraquara

guardarmos nenhuma dúvida sobre suas reais motivações e autoria.

VIOLÊNCIA CRIMINOSA OU AÇÃO BÉLICA?

O Brasil sob o governo ditatorial de Vargas, por sua posição geográfica estratégica oferecida pela costa norte e nordeste e por ser potencialmente exportador de uma variada gama de matérias-primas de grande valor imprescindíveis à indústria e mobilização bélica norte-americana e por outros fatores de interesse dos EUA – pressionado por todos os lados, mas tendo previamente assegurado seus interesses econômicos e militares –, optou por escolher em trilhar o temerário caminho ao lado do governo de Roosevelt, o qual tenazmente se colocou contra os objetivos políticos e estratégicos das potências do Eixo.

Não há como negar: a Segunda Guerra Mundial é o ponto de virada na história das relações entre o Brasil de Getúlio Vargas e os EUA de Roosevelt. No mês de janeiro de 1942, não havia mais dúvida de que o Brasil sob a ditadura do Estado Novo passaria a acompanhar o manto democrático-liberal dos EUA na luta contra o totalitarismo nazi-fascista. E as palavras do embaixador alemão, Pruefer, dirigidas ao chanceler Oswaldo Aranha deixaram claro o que aconteceria se o Brasil rompesse relações com as potências do Eixo: “(...) significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando provavelmente ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva”.

Portanto, quando, em 24 de maio de 1942, o comandante do *U-502* comunicou que havia afundado no Caribe um navio mercante brasileiro que se encontrava artilhado – o *Gonçalves Dias* – e quando a partir do dia 27 do mesmo mês, o Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, veiculou uma notícia de que seus aviões haviam atacados sem declaração de guerra submarinos do Eixo, a Marinha alemã solicitou que fossem levantadas todas as restrições para ataques a navios brasileiros. A Alemanha, tal como os EUA e a Grã-Bretanha, com uma liderança militar indisfarçadamente desejosa de sangue e portadora de uma vingatividade viciosa e de atitudes irracionais,

sobre as quais nos deu vários exemplos, seja na Batalha do Atlântico, ou em outros teatros de operações navais e terrestres, não era para levar uma bofetada na face vinda de um país militar e politicamente fraco, sem uma dura resposta. Logo, os navios de navegação doméstica brasileiros se tornariam alvos da violência criminosa armada, desproporcional, feita em nome de uma reação punitiva. Os civis brasileiros pagariam caro pela ousadia praticada pelos aviões do Ministério da Aeronáutica, criado em 20 de janeiro de 1941, isto é, a FAB fora instituída exatamente sob as circunstâncias do franco envolvimento do governo brasileiro ao lado dos EUA na luta contra o Eixo.

BRASIL: PAÍS PACÍFICO?

No dia 7 de agosto de 1942, Doenitz tomou uma decisão que mudaria a história contemporânea do Brasil: o *U-507* recebeu por rádio a mensagem para usar “manobras livres” ao longo da costa brasileira. De modo que o submarino comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht afundou cinco navios brasileiros de cabotagem nos litorais de Sergipe e Bahia, acarretando a morte de 652 pessoas, inclusive de mulheres e crianças. No *Baependi*, todas as crianças foram mortas, apenas um garoto de 16 anos se salvou. Diga-se agora e a bem da verdade que a grande mortandade ocorrida nos afundamentos do *Baependi*, do *Araraquara* e do *Aníbal Benévolo* foi devido ao tipo de ataque desfechado pelo Comandante Schacht, ao lançar dois torpedos, um após o outro, seja ele (o tipo do ataque), como outros o queiram, uma opção “puramente técnica” a fim de concluir com “êxito a sua missão”; mas, em nossa opinião, o que fez o comandante do *U-507* foi uma ação desumana e criminosa, pois levou aqueles navios ao fundo em questões de minutos e isso debaixo de uma noite escura e de um mar revoltoso. Em outras palavras, a totalidade dos tripulantes e passageiros daqueles navios, pela “máxima eficiência” do comandante do *U-507*, não teve a oportunidade de abandoná-los devido ao rápido afundamento.

O Capitão-de-Corveta Schacht sabia mais

do que ninguém que, lançando um torpedo após o outro, viria causar o maior número de vítimas fatais entre os passageiros dos navios brasileiros. E, voltamos a repetir, em nossa opinião, não se tratou de uma ação bélica, foi uma ação revestida de uma violência criminosa armada, desproporcional, feita em nome de uma reação punitiva. Cabe, portanto, dizer que vários comandantes dos *U-Boots* procuraram agir com mais humanidade (ou como outros o queiram, com a “mínima eficiência”) na guerra submarina, já que muitos decidiam atingir os navios inimigos com um só torpedo, a fim de dar tempo para que seus ocupantes chegassem aos barcos salva-vidas, tal como se deu com a maioria dos navios brasileiros atacados antes de agosto de 1942. Mas esta não foi a conduta tomada pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, ao atacar os três referidos navios. É bem verdade que não sabemos se aquele tipo de ataque partiu dele ou se foi uma imposição superior, mas seja como for, para se ter uma idéia da dimensão das atrocidades praticadas pelo *U-507*, somente uma baleeira do *Baependi* (o qual, segundo o depoimento de um radiotelegrafista, afundou “com o espaço de um e meio minuto”) atingiu a costa no dia seguinte com 28 sobreviventes. E apenas oito náufragos, agarrados em destroços de madeira, lograram alcançar a terra dois dias após o ataque. Portanto, das 305 pessoas que estavam a bordo do famoso navio do Lloyd Brasileiro, pereceram 269. Já entre os 142 ocupantes do *Araraquara* (o qual demorou cinco minutos para afundar), 131 morreram. Tanto pior ocorreu com o *Aníbal Benévolo* (perdeu-se em dois minutos), pois morreram todos os seus 83 passageiros e apenas quatro dos 71 tripulantes sobreviveram. Foi uma matança sem igual, porquanto, até fins de julho de 1942, a Marinha Mercante brasileira de longo curso tinha perdido 13 navios, totalizando 135 vítimas fatais.

Obviamente, os massacres cometidos pelo *U-507* provocariam grande consternação entre o povo brasileiro. A indignação pública foi geral. Em várias cidades houve violentas manifestações populares contra súditos do Eixo e suas propriedades. E talvez entre todos os estados, foi a população de

FONTE: Arquivo do SDM



Harro Schacht

Sergipe quem mais se excedeu, já que muitos dos passageiros e tripulantes do *Aníbal Benévolo* lá tinham parentes. Tanto o governo autoritário do Estado Novo quanto a opinião pública que vivia manietada pelo DIP consideraram indispensável uma reação. O Brasil seria lançado definitivamente na Segunda Guerra Mundial.

No Rio de Janeiro, a notícia, divulgada no dia 18 de agosto, desencadeou uma série de passeatas e comícios populares, em que os cariocas não exigiriam outra coisa senão retaliação. No fim da tarde, uma massa popular se dirigiu para o Palácio do Itamaraty – sede do Ministério das Relações Exteriores – clamando pelo Chanceler Oswaldo Aranha, que apareceu na sacada do edifício para exclamar:

“A situação criada pela Alemanha, praticando atos de beligerância, bárbaros e desumanos contra a nossa navegação pacífica e costeira, impõe uma reação à altura dos processos e métodos por eles empregados contra oficiais, soldados, mulheres, crianças e navios do Brasil. Posso assegurar aos brasileiros que me ouvem, como a todos os brasileiros, que, compelidos pela brutalidade da agressão, oporemos uma reação que há de servir de exem-

plo para os povos agressores e bárbaros que violentam a civilização e a vida dos povos pacíficos”.

Mas em verdade, desmentindo as palavras revanchistas daquele chanceler, o Brasil estava longe de ser um país pacífico, vide o que a FAB já estava praticando em maio de 1942, ao procurar deliberadamente atacar os submarinos italianos que estavam posicionados ao largo da costa nordeste brasileira. Em outras palavras, o Brasil, após o rompimento de relações com o Eixo, fornecia aos norte-americanos, conforme esclarece Gerson Moura, “apoio político, materiais estratégicos, bases e rotas aéreas, patrulhas aéreas e navais” e a eliminação da quinta-coluna nazista.

EQUÍVOCOS DE DOENITZ

Como dito acima, em agosto de 1942, o Brasil já estava em beligerância não declarada com o Eixo, mas, sobre o acontecimento que obviamente chocaria o Brasil, o Almirante Karl Doenitz, em suas memórias, veio assim relatar:

“Finalmente, havia a possibilidade de operações ao largo da costa do Brasil. Nossas relações políticas com aquele país vinham há já algum tempo cada vez mais se deteriorando e as ordens emitidas pelo Alto Comando Naval referente à nossa atitude para com a navegação brasileira se agravaram em correspondência (...) Depois que o Brasil rompeu relações diplomáticas, seus navios continuaram a serem tratados da mesma maneira que os de todos os outros Estados neutros, desde que fossem reconhecidos e agissem como neutros, de acordo com a Convenção Internacional. No entanto, entre fevereiro e abril de 1942, os *U-Boote* torpedearam e afundaram sete navios brasileiros, com todo o direito de fazê-lo de acordo com o estabelecido na Convenção de Praças de Guerra (*Prize Ordinance*), desde que os capitães dos *U-boote* não puderam reconhecer suas identidades de neutros.

Estavam navegando sem luzes em curso de ziguezague, alguns deles armados e alguns pintados de cinza e nenhum deles ostentava uma bandeira ou signo de sua identidade de neutro. Depois disso, mais e mais navios brasileiros montaram canhões até que toda sua Marinha Mercante estava armada”.

Aqui é preciso interrompermos Doenitz para afirmar que as informações fornecidas por ele não correspondem à verdade, o que, em nossa opinião, demonstra falta de senso de honra e coragem moral daquele almirante alemão, uma vez que ele bem sabia que os três primeiros navios afundados em fevereiro de 1942 (*Cabedelo*, *Buarque* e *Olinda*), navegavam com as luzes de bordo e de navegação acesas, assim como estavam iluminadas as bandeiras do costado e da popa, bem como a chaminé que identificava a nacionalidade e a companhia proprietária. E infelizmente, depois dessas investidas por parte da ressentida Alemanha contra os interesses brasileiros, é que o governo Vargas tomou medidas para tentar evitar que os seus barcos fossem afundados tão facilmente, de modo que os mercantes brasileiros passaram realmente a navegar como se não pertencessem a uma nação neutra. Assim, o quarto mercante a ser atacado e afundado pelo *U-155* – o *Arabutã* – estaria pintado de cinza, navegando às escuras e sem bandeira; isto é, estaria em situação bastante irregular e comprometedora.

E foi após a perda do *Cairu*, atacado pelo *U-94* (o quinto da série, que veio gerar a morte de 53 pessoas devido ao mau tempo que colheu os naufragos nas baleeiras), que também navegava camuflado e viajava às escuras ao largo da costa leste dos EUA, que os navios mercantes brasileiros começaram a ser dotados de um sistema de defesa, dispondo de uma peça de artilharia. Assim, o *Parnaíba*, o sexto navio torpedeado no dia primeiro de maio de 1942 pelo *U-162*, trazia na popa um canhão de 120mm. Entrava-se então numa dialética de ação e reação de atos de beligerância.

U-507: ORDEM PARA DESTRUIR E MATAR

Voltemos ao relato de Doenitz:

“No fim de maio, o Ministro da Aeronáutica brasileiro anunciou que um avião brasileiro tinha atacado submarinos do Eixo e que continuaria a fazê-lo. Sem nenhuma declaração formal, achamo-nos assim num estado de guerra com o Brasil, e a 4 de julho os *U-Boote* receberam permissão dos nossos líderes políticos de atacarem todos os navios brasileiros”.

Aqui igualmente é necessário interrompermos Doenitz, porém para corroborar com o que ele registrou, já que o pesquisador alemão Jurgen Rohwer veio relatar em uma palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 28 de março de 1982 (Operações Navais da Alemanha no litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial) que, “como represália pelo ataque de aeronaves brasileiras contra os submarinos alemães e a instalação de armamento a bordo dos navios mercantes brasileiros, novamente informado pelo *U-203*, após o afundamento do *Pedrinhas*, em 26 de junho, ao norte das Antilhas, em 4 de julho, o ataque sem advertência a todos os navios brasileiros foi permitido”. Mas, em verdade, a maioria dos ataques aos navios mercantes brasileiros de longo curso sempre se fez sem advertência, mas, com relação “a todos os navios brasileiros”, passariam então a serem incluídos também os navios de navegação doméstica, ou seja, aqueles que transportavam passageiros nas linhas de cabotagem?

De novo, com a palavra Doenitz:

“Na primeira semana de julho, quando estávamos planejando as primeiras operações dilatadas de *U-Boote*, perguntei ao Ministro do Exterior se haveria alguma objeção às planejadas operações ao largo do estuário do Rio da Prata, área de reunião para os navios-frigoríficos que eram tão importantes no suprimento de carne da Inglaterra. Sem considerar a opinião da Argentina, o Ministro do Ex-

terior negou permissão para qualquer operação ao largo das costas daquele país, mas não fez objeção à continuação de nossas atividades ao largo do Brasil, que haviam sido permitidas em maio e que estavam em progresso desde então. Decidi, portanto, mandar, em associação com as operações planejadas contra o tráfego de navios Norte – Sul ao largo de *Freetow*, mais um barco para a costa brasileira. Do outro lado do estreito entre a África e a América do Sul, o *U-507* (Tenente-Comandante *Schacht*) estava operando. Ali, fora das águas territoriais, ele afundou cinco navios brasileiros. Nisto ele agia de acordo com as instruções expedidas, com a cooperação do Ministro do Exterior, pelo Quartel-General das Forças Armadas. O governo brasileiro tomou o afundamento destes navios como ocasião para declarar guerra à Alemanha. Embora isto não tivesse em nada alterado nossas relações existentes com o Brasil, que já havia tomado parte em atos hostis contra nós, foi sem dúvida um erro levar o Brasil a uma declaração oficial; politicamente deveríamos ter sido melhor, aconselhados para evitar tal fato. O Comando de Submarinos/Departamento de Operações, porém, e o capitão do *U-Boot* envolvido como membros das Forças Armadas, não tinham senão que obedecer às ordens que lhe haviam sido dadas; não competia a eles pesar e calcular as conseqüências políticas”

DISSIMULAÇÕES DE AMBOS OS LADOS

Podemos conferir claramente que Karl Doenitz não esconde o fato de que o ministro do Exterior alemão, Ribbentrop, não fez objeção de fazer guerra submarina ao “largo do Brasil”, mas, do outro lado, é fácil interpretar que não seria do consentimento do próprio Ribbentrop que os navios de navegação doméstica viessem a ser alvos dos submarinos, já que obviamente estariam navegando próximos da costa e não ao largo. Em outras pala-

vas, caso os navios de cabotagem brasileiros fossem atacados, as suas prováveis consequências negativas estariam em direta contradição com a da contra-ordem anterior advinda de Hitler. Diga-se de passagem que os torpedeamentos dos mercantes *Itagiba* e *Arará* foram tão próximos do litoral baiano que se podia observar a paisagem litorânea. Mas os afundamentos do dia 17 de agosto na zona costeira da Bahia igualmente nos revela mais outro ato criminoso, desumano e vergonhoso praticado pela arma alemã, porquanto Schachth afundou o *Arará* justamente no momento em que aquele navio acabava de recolher os náufragos do *Itagiba*. Obedecendo às regras dos homens do mar, o comandante do *Arará*, José Coelho Gomes, tinha mudado de rumo para prestar socorros às vítimas que se debatiam nas águas e, quando já estava aquele cargueiro com 18 náufragos a bordo, dividiu-se do seu bordo o torpedo contra ele lançado. O *Arará* desmantelou-se e afundou, levando consigo os náufragos que haviam sido resgatados, sendo que alguns se salvaram, mas a maioria desaparecera. No *Itagiba*, que transportava 119 pessoas, 36 foram sacrificadas, sendo dez tripulantes e 26 passageiros e, no *Arará*, 21 dos 35 tripulantes foram assassinados.

Antes de passarmos a analisar outros argumentos alegados pelo almirante alemão, com o objetivo de que se coloque às claras as suas justificativas, as quais não passam de manobras diversionistas destinadas a diluir a sua responsabilidade pessoal na ação cometida pelo *U-507*, é necessário dizer que o gesto do Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, em assumir publicamente a responsabilidade dos ataques de aviões brasileiros aos submarinos do Eixo (fato a que se refere acima Doenitz), em nossa opinião, não só foi precipitado, mas também imprudente e irresponsável, uma vez que, para a direção da guerra marítima alemã, as ações dos aviões da FAB não deixavam nenhuma dúvida: o Brasil vinha participando ativamente, ao lado dos Aliados, nas operações de guerra.

Como historiadores, procuramos não sermos guiados pelos “achismos” históricos. Procuramos, sim, pesquisar atentamente, visan-

do a descobrir o que se encontra na maioria das vezes escondido nas intenções dos homens que constroem os fatos históricos. Portanto, o presente trabalho de pesquisa é um estudo interpretativo que busca iluminar alguns aspectos desse intrincado processo de nossa história contemporânea. E para esclarecimento da memória nacional e internacional, procuramos sempre seguir o caminho de adotar critérios imparciais e objetivos para sermos o mais justo que pudermos em nossos julgamentos, sobre tomadas de decisões que ora se encontram distantes; as quais foram mistas, ou seja, decisões político-militares, outras, puramente militares e, por fim, aquelas influenciadas por personalidades e fatores de prestígio.

Algumas decisões tomadas, principalmente pelo titular do Ministério da Aeronáutica do governo Vargas, canalizaram o curso de nossa história naquela conflagração sem precedentes. Fazer o julgamento de brasileiros que tiveram participação de relevo naquele nebuloso contexto histórico do País é necessário, não pelo prazer de explorar controvérsias e muito menos de fomentar polêmicas, mas para melhor entender os caminhos que eles e os de sua geração seguiram naquela época conturbada. E querer reconstituir os fatos reais requer um minucioso trabalho de pesquisa, a fim de ficarmos ao máximo isentos em face de um assunto delicado, uma vez que envolve atos tidos como exemplos de heroísmos e cumprimento de dever patriótico, os quais foram praticados em ambos os lados. É preciso conhecer os personagens, o cenário, o contexto e, além disso, ter a ciência de que a visão de uma época só adquire clareza a partir de seu exame com fins interpretativos, relacionados ao ambiente econômico, político, social e cultural contemporâneos aos fatos.

De modo que podemos inferir que o ato do Ministro Salgado Filho naquele contexto, sendo influenciado pelo desejo de conquista, de reconhecimento e de glórias militares para o seu Ministério – criado exatamente nos anos da guerra (1941, ano em que também com a colaboração dos Estados Unidos foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional), veiculando um aviso revanchista e na-

cionalista, atraiu sobre os brasileiros uma fúria visceral absolutamente implacável, que atingiu em condições alarmantes a população civil que se servia do transporte de cabotagem. Em nossa análise, não resta dúvida de que o ato daquele ministro apoiado por Getúlio Vargas e não menos pelo presidente dos Estados Unidos colocou o Brasil às vésperas de uma agressão militar alemã, porém revestida por uma violência criminosa armada cometida pelo *U-507*, desproporcional, feita em nome de uma reação punitiva e conseqüentemente, de caráter muito sério contra a soberania do mar territorial brasileiro.

POSIÇÃO DOS EUA

O Tenente-Brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira, em seu livro *Fronteiras – A patrulha aérea e o adeus do arco e flecha*, não deixaria de justificar o ato cometido por aquele ministro brasileiro. Ele assim escreve:

“Hoje, na calmaria distante daqueles tempos agitados, um analista menos avisado talvez possa admitir que o gesto do ministro tenha sido precipitado, visto que o Brasil ainda se encontrava em estado de neutralidade. Mas, tal hipótese nem é justa nem real. É preciso que se considerem três aspectos importantes: em primeiro lugar, nossa neutralidade já havia sido violada com a perda de várias dezenas de brasileiros mortos nos navios mercantes afundados nas costas dos EUA. Os primeiros traziam sinais de identificação à vista, de acordo com as convenções internacionais. Pode-se argumentar que isto foi feito em nome do bloqueio aos EUA. Este argumento, porém, esbarra no próprio conceito de neutralidade, pois não pode exigir respeito dos neutros se não os respeitamos, mesmo em contato com nossos inimigos no exercício de sua neutralidade.”

Em nossa análise, é contraproducente concordarmos com o aviador brasileiro, pois assim estaríamos justificando em pactuar com a per-

versa dialética de ação e reação de atos de beligerância. É bem verdade que foram os nazi-fascistas que deram início a essa dialética. E acima já desmentimos o que alegou o Almirante Karl Doenitz, mas se as lideranças militares e políticas do Eixo desrespeitaram a neutralidade, o Brasil passaria a seguir os mesmos passos e a não se comportar como um país neutro.

Voltemos ao segundo aspecto citado pelo pesquisador da história da aviação militar do Brasil, Tenente-Brigadeiro Deoclécio:

“Em segundo lugar, pode-se alegar que os aviões eram norte-americanos com instrutores daquela nação. Mas há que se considerar o fato que eles estavam incorporados ao Agrupamento de Aviões de Adaptação, uma organização criada na Força Aérea Brasileira, sob comando de oficial brasileiro, e as ordens para os ataques foram dadas pelos oficiais brasileiros no comando de tais aviões, os quais se encontravam em processo de transferência para a FAB. Não seria digno se abdicar dessa responsabilidade”.

Ora, aqui, deixemos que as próprias palavras do veterano da Campanha da Itália, o aviador Nero Moura, falem por nós e que os leitores assim tirem as suas próprias conclusões, uma vez que Nero Moura nos legou um depoimento esclarecedor, ou seja, de como se vivia debaixo de uma já comprometedorra guerra informal:

“(…) a entrada do Brasil na guerra só começou a se esboçar, realmente, quando se teve notícia dos primeiros torpedeamentos de navios brasileiros pelos alemães, em 1942. Só então compreendemos que teríamos que brigar mesmo. Já nessa época participávamos do patrulhamento no Nordeste, trabalhando com os americanos a pleno vapor na defesa da costa, com aviões cheios de bombas de profundidade, e, embora sem ordens expressas, andamos atacando submarinos que estavam nas nossas barbas, fora de águas territoriais,

mas a menos de 200 milhas. Ainda não havíamos declarado guerra, mas as instruções das autoridades eram para que os pilotos, no patrulhamento das praias, ou, sobre o oceano, bombardeassem os submarinos, caso fossem atacados. Houve dois ou três ataques, não sei se tiveram sucesso, mas repercutiram na imprensa, através de inúmeras entrevistas do ministro Salgado Filho sobre o assunto. Quer dizer, já havia um consentimento tácito de que podíamos atacar. Mas, como os americanos voavam conosco, às vezes a responsabilidade da ação ficava por conta deles, que estavam em guerra e podiam jogar as bombas”.

UM PLANO DE ATAQUE CONCENTRADO E IMPIEDOSO

Agora, vamos ao terceiro e último aspecto alegado pelo Tenente-Brigadeiro Deoclécio:

“Por fim, não podemos esquecer a diretriz do então chefe da área, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Um submarino hostil, aquele que não se identificar, deve ser atacado. Há momentos em que um chefe não pode se omitir. Aquele era um deles e Eduardo Gomes não era de omissões. Depois do ataque ao *Comandante Lira*, e dos submarinos encontrados, não restava dúvida de que vivíamos às vésperas de uma investida mais séria contra nossas costas. Havia indícios evidentes de que a guerra submarina se orientava para o sul na sua estratégia de buscar a surpresa. A todos estava bem presente o exemplo do ocorrido nas costas norte-americanas. Um chefe responsável não poderia se omitir ante a perspectiva de um novo ‘alegre massacre’, agora em nosso litoral. Esperar por ele para depois agir, em nome de uma neutralidade já desrespeitada, seria uma imperdoável ingenuidade ou uma inadmissível falta de visão ou de coragem. Eduardo Gomes não conhecia essas falhas.

Era um líder. Não havia outro caminho. Estava certo. Como também estive certo nosso primeiro ministro da Aeronáutica ao chamar a si a responsabilidade do ocorrido”.

Aqui, fazemos uma única e categórica ressalva: foi justamente em decorrência da ação de represália da FAB, ao atacar os submarinos do Eixo, sem uma declaração formal de guerra que veio causar “um alegre massacre” na costa brasileira no mês de agosto de 1942. Ou seja, só se começou a viver às vésperas de uma investida mais séria contra o litoral brasileiro depois que os brasileiros exultaram com a ação revanchista praticada pelos aviões da FAB. E, diga-se de passagem, que o plano anterior da investida retaliatória do Eixo contra o Brasil seria muito pior do que a que foi praticada pelo *U-507*. Em outras palavras, quando o ministro da Aeronáutica anunciou com júbilo os ataques a submarinos do Eixo, o comandante da Força de Submarinos, Karl Doenitz, recebeu ordem de preparar um ataque concentrado de submarinos aos portos brasileiros.

Baseando-se então nesse estudo, o Comandante-em-Chefe da Marinha alemã, Almirante Raeder, propôs a Hitler o envio ao Brasil de um grupo de dois submarinos do tipo *IX-C*, grandes, e oito do tipo *VIII-C*, de tonelage média, acompanhado pelo Submarino-Tanque *U-460*, para atacar simultaneamente entre 3 e 8 de agosto todos os navios que estivessem nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Recife e posteriormente minar as suas entradas.

E revela o já citado Jurgen Rohwer – ex-submarinista alemão – que Hitler teria concordado, mas pediu para tornar claras as consequências políticas advindas da represália, consultando o ministro das Relações Exteriores. Mas palestrou Jurgen Rohwer que quando o Ministro Ribbentrop “levantou sérios escrúpulos porque este ataque traria não só o Brasil – que já era considerado como participante da guerra, como os EUA antes de Pearl Harbor – mas também a Argentina e o Chile para o lado dos Aliados. Hitler cancelou seu consentimento e ordenou que os submarinos, que já estavam a caminho, fossem enviados para outras áreas de operação. Esta ordem foi enviada em

29 de junho e os nove submarinos no mar alteraram seus rumos para zonas de operação nas costas de Freetown, Trinidad e Caribe”.

POR QUE DOENITZ LAMENTARIA O ATAQUE DO *U-507*?

Mas o que aconteceu para que um daqueles nove submarinos viesse posteriormente ser deslocado para atacar a Marinha Mercante de cabotagem brasileira? O especialista no estudo das ações dos submarinos alemães na Segunda Guerra Mundial, Jurgen Rohwer, em parte nos fornece a resposta ao ter dito em 1982, para uma platéia de militares brasileiros, que o Comando da Força de Submarinos alemão assim tomou “uma péssima decisão, quando em 7 de agosto o *U-507* recebeu por rádio a mensagem para usar ‘manobras livres’ ao longo da costa do Brasil”. E acrescenta: “Não há evidência da real intenção que havia por trás desta ordem, porque suas prováveis consequências estariam em direta contradição com a da contra-ordem anterior de Hitler. Deve ter sido um erro tolo, causado por um desejo anterior de retaliação pela participação das forças brasileiras na guerra anti-submarino”.

Em verdade, devemos deixar bem claro, que o tal erro tolo partiu nada menos da ordem proferida por Doenitz, como então podemos observar através dos próprios registros daquele almirante alemão. Revela o mesmo em suas memórias:

“Sem considerar a opinião da Argentina, o Ministro do Exterior negou permissão para qualquer operação ao largo das costas daquele país, mas não fez objeção à continuação de nossas atividades ao largo do Brasil, que haviam sido permitidas em maio e que estavam em progresso desde então. Decidi, portanto mandar, em associação com as operações planejadas contra o tráfego de navios Norte-Sul ao largo de *Freetow*, mais um *U-boot* para a costa brasileira. Do outro lado do estreito entre a África e a América do Sul, o *U-507* (Tenente-Comandante Schacht) estava operando. Ali fora das águas territoriais, ele afun-

dou cinco navios brasileiros. Nisto ele agia de acordo com as instruções expedidas, com a cooperação do Ministro do Exterior, pelo Quartel-General das Forças Armadas”.

Ora, o Almirante Doenitz mais uma vez falseia os verdadeiros fatos, porque ele sabia de antemão que os navios brasileiros, previamente escolhidos para serem afundados por Schacht, não se encontrariam navegando ao “largo do Brasil”, zona onde o seu ministro do Exterior obviamente permitiria que se efetuassem as operações de guerra submarina. Portanto, analisando o que Doenitz escreveu, é de se notar que foi de sua inteira e única responsabilidade o ato de ordenar o deslocamento do *U-507* para operar em meio da navegação doméstica brasileira, que se entabulava a menos do que oito milhas de distância da costa. Em suma, a decisão de atacar navios repletos de passageiros foi um erro tolo advindo de Doenitz, “causado por um desejo anterior de retaliação”. E não duvidamos que os afundamentos de agosto de 1942 foram um bálsamo para o ego do chefe do Comando da Força de Submarinos, porque não era feito daquele militar alemão sofrer agressões sem revidá-las ainda mais violentamente, principalmente pelo fato de que aviões de patrulha da FAB, recentemente fornecidos pelos EUA – tendo a bordo instrutores norte-americanos – deliberadamente procuraram atacar os submarinos do Eixo que se encontravam posicionados ao “largo do Brasil”.

Repetimos, no dia 22 de maio de 1942, um avião da FAB, sob o comando do aviador Parreiras Horta, decolou da Base de Natal especialmente com a missão de “localizar e atacar submarino hostil” que havia agredido o mercante armado *Comandante Lira*, navio que sem autorização e de forma muito suspeita encontrava-se navegando ao largo, ou melhor, fora das águas territoriais brasileiras. Se o governo, a imprensa, o povo, brasileiros, e até Roosevelt exultaram com o revide perpetrado pela FAB, os nazifascistas se inflamaram, especialmente o Almirante *Karl Doenitz*.

“Assim agindo, com destemor, espírito militar e evidenciando admirável capacidade profissional, o Capitão Parreiras Horta tornou-se digno de louvor e credor de admiração nossa e do País que teve, na ação por ele brilhantemente praticada, a primeira demonstração prática, no atual momento, do nosso patriotismo e desvelo na defesa da nossa integridade”

São estas as palavras do Ministro da Aeronáutica Salgado Filho, as quais evidenciam o estado de beligerância não declarada em que o Brasil já se encontrava e que uma declaração de guerra formal por parte do governo Vargas estava já em gestação, aguardando apenas o momento mais apropriado para que viesse eclodir. E assim se deu com o ataque terrorista desfechado pelo *U-507*.

Deixando de lado os equívocos praticados pelos brasileiros, voltemos aos cometidos pelos alemães: o historiador Vágner Camilo Alves, autor do livro *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um envolvimento forçado*, vem comentar o fato de que é estranho que o Almirante Doenitz, em suas memórias, “lamente e considere um erro político os ataques submarinos alemães de agosto de 1942, possíveis após o levantamento das restrições a ataques nas costas brasileiras feito pelo governo alemão, e que redundou na declaração de guerra do Brasil. No curto espaço de um único parágrafo, ele não apresenta qualquer argumento que possa referendar sua opinião de que levar o Brasil a declarar oficialmente a guerra foi ‘indubitavelmente um erro’. Para isto, o almirante teria de mostrar que o aumento da participação brasileira no esforço de guerra aliado mais do que compensou o incremento na tonelagem naval aliada afundada pelos submarinos do Eixo na região, e o desvio de recursos técnicos e militares dos Estados Unidos para área e tarefa completamente subsidiária *vis-à-vis* a guerra total que se travava. Presumo que não foi o caso, com base nos fatos e argumentos apresentados aqui”.

Por causa dos massacres causados pelo *U-507*, segundo alguns autores brasileiros, até os tempos de hoje, o mês de agosto tem sido

aziago na história do Brasil. Mas seja como for, naquele mês de agosto de 1942 os dias foram muito dolorosos. As repercussões da agressão foram dramáticas. Até o mês anterior, excetuando a agressão ao mercante *Comandante Lira* por um submarino italiano, os ataques aos navios nacionais eram feitos longe dos olhos do sentimental povo brasileiro. Mas agora, porém, as conseqüências da animosidade recíproca se fizeram bem perto. Os cadáveres que deram em terra – alguns irreconhecíveis – depois de fotografados (para servir posteriormente como material de propaganda em um impresso produzido em 1943, pelo governo, sob o título: “Agressão – Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra”), foram enterrados em valas rasas, abertas na restinga das vastas e desertas praias nordestinas. O ápice então das ameaças fora atingido. O próprio Mussolini, o fundador do fascismo na Itália, primeiro-ministro e ditador do país entre 1922 e 1943, havia declarado que chegaria o dia em que o Brasil pagaria caro pela ruptura. Cabe lembrar que a decisão de rompimento do Brasil e de mais 21 países foi tomada em 28 de janeiro de 1942 na Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro, sob a influência explícita do Chanceler Oswaldo Aranha.

A posição de Mussolini já tinha sido muito clara diante do eventual rompimento coletivo dos Estados americanos, pois se isso ocorresse, como de fato estava programado para ocorrer, “seria o caso de simplesmente declarar-lhes guerra; assim, imporemos aos Estados Unidos a obrigação de defender uma vasta frente: os latino-americanos querem uma guerra branca, mas terão uma vermelha” – disse o Duce (termo italiano para “o líder”), então quase feliz com essa perspectiva, a qual se concretizou em relação ao Brasil quando Doenitz ordenou o ataque do *U-507* contra a Marinha de cabotagem brasileira. Contudo, mal sabia o líder fascista, que em 1944 mais de 25 mil soldados oriundos de todos os estados brasileiros (os quais, diga-se de passagem, tiveram suas bandeiras rasgadas pelo governo Vargas no advento do ambíguo Estado Novo), desembarcariam em solo italiano para lutar ao lado das forças aliadas para libertar a Europa dos regimes ditatoriais nazi-fascistas;

muito embora, faz-se convenientemente lembrar, que o Brasil também estava sob um regime ditatorial. Mas seja como for, com a ajuda dos pracinhas brasileiros no teatro da guerra na Itália, Benito Mussolini, uma vez foragido e uma vez capturado, teria seu fim decretado em 28 de abril de 1945 pelos *partigiani* (resistência armada), sendo executado sumariamente com sua amante, Clara Petacci, em Dongo, Itália.

Mussolini foi aliado de Hitler de 1938 a 1943, e ajudou a mergulhar a Europa na Segunda Guerra Mundial. No exercício despótico do cargo de primeiro-ministro, Mussolini reunificou a Itália, implantou reformas sociais e restaurou pela força a ordem perturbada por greves e distúrbios. Perdeu-se, no entanto, pela ambição de construir um império por meio da guerra de conquista.

O SÉTIMO GRUPO DE ARTILHARIA DE DORSO

O escritor Frank D. McCann em seu livro *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*, revela que o próprio Hitler teria, em transmissão radiofônica, em junho de 1942, alertado o governo brasileiro que o País seria alvo de uma blitz submarina. Portanto, como se pode observar até aqui, os navios mercantes brasileiros de navegação doméstica passaram a trabalhar em um ambiente de pré-guerra e essa expectativa já estava bem evidenciada nas ordens que então receberam todos os comandantes, de navegarem mais próximos da costa e que, durante a noite, as luzes internas de seus barcos deveriam ficar apagadas, porém os faróis de navegação deveriam ficar acesos. E ainda, segundo as normas expedidas pelo governo brasileiro, os navios de cabotagem (que como medida de segurança já traziam as vigias pintadas de preto) deveriam tomar precauções quando passassem a navegar de Maceió em direção mais para o norte; ordens, aliás, comuns em todas as viagens feitas pelos mercantes naquele tenso período de hostilidades recíprocas. Ora, faltou pouco para que os navios mercantes das linhas de cabotagem viessem a navegar como se pertencessem a uma nação não neutra. Porém, pior do que isso foi o fato de

que dos cinco navios torpedeados pelo *U-507* dois foram usados, ao nosso ver, indevidamente, ou seja, no transporte de soldados e material de guerra para guarnecer Recife. Ora, sobre os preparativos de conduzir efetivos militares a fim de aumentar a defesa de um ponto estratégico do litoral nordestino, certamente estava bem informado o Comando Naval alemão por conta da ativa espionagem da quinta coluna nazista. De modo que perdeu-se com o *Baependi* e com o *Itagiba* todo o material do Sétimo Grupo de Artilharia de Dorso (criado pelo Decreto-Lei 4.342, de 26 de maio de 1942), bem como grande parte de seu pessoal (morreram 132 soldados), além do material destinado a Recife e ao destacamento de Fernando de Noronha. Embarcando tropas em navios mercantes das linhas de cabotagem, o Ministério da Guerra assumiu graves responsabilidades.

O próprio General Dutra – então Ministro da Guerra – revelou em um de seus muitos depoimentos o seguinte:

“A primeira conseqüência desastrosa da campanha submarina foi de perdermos a liberdade de navegação, numa época em que ainda estávamos equipando e reforçando as guarnições do Nordeste, forçando-nos, assim, a apelar para a rota do Rio São Francisco”.

Em verdade, desastrosa foi a ordem tomada pelo General Dutra em fazer transportar em, agosto de 1942, nos navios de cabotagem, efetivos do Exército naquele período de beligerância não declarada. Aquele general como as demais autoridades brasileiras bem sabiam que naquele momento a situação era imperiosamente perigosa, evidenciado quando se fez o recente transporte de soldados para guarnecer o longínquo Arquipélago de Fernando de Noronha, porquanto o navio de transporte recebeu a escolta do Cruzador *Rio Grande do Sul*. Embora o deslocamento do Sétimo Grupo de Artilharia de Dorso fosse realizado em águas costeiras relativamente mais “seguras”, seria razoavelmente prudente e

responsável que o fizesse em navios escoltados e em segredo e não como foi feito, às claras e em navios de linha de cabotagem. Resultado: aquele efetivo militar veio sucumbir nos ataques desfechados ao *Baependi* e ao *Itagiba*, fazendo-se vítimas, indistintamente, militares e civis.

NA PRISÃO DE SPANDAU: DEZ ANOS CONFINADO

Um ano depois do Brasil se alinhar definitivamente em favor dos interesses políticos e estratégicos dos EUA, principalmente sob a batuta do Chanceler Oswaldo Aranha – um democrata que não estava isento de ambigüidade e de oportunismo – um *Catalina* norte-americano avistou o *U-507* bem ao largo, a noroeste da costa de Natal, e o atacou com cargas de profundidade, levando à morte todos os seus 54 ocupantes. Esse fato ocorreu em 13 de janeiro de 1943. Em 1944, Harro Schacht, que havia sido condecorado em 9 de janeiro de 1943 com a cruz de cavaleiro da cruz de ferro – a *ritterkreuz des eisernen kreuzes* – receberia postumamente a patente de capitão-de-fragata.

Finalizando, o Almirante Karl Doenitz era um dos poucos oficiais nacional-socialistas convictos da Marinha alemã. Ele em muitas vezes pregou política para seus marinheiros e para o povo alemão, louvando “o líder enviado do céu” na pessoa de Hitler. O Almirante Karl Doenitz não somente jamais discordou da política do Partido Nazista em qualquer sentido, mas adotou seus usos básicos e falou sobre os judeus no mesmo tom usado pelos *gauleiters* (chefes distritais). Ele em verdade foi completamente devotado a Hitler. “Somos uns vermes, comparados a ele”, assim disse Doenitz em 1943 a uma multidão de fanáticos em Berlim, acrescentando que Hitler previa tudo e não cometia julgamentos incorretos. Foi só no fim da guerra que Doenitz, na frente do governo do III Reich, ordenou que fossem retiradas as fotografias de Hitler dos lugares públicos, uma semana depois da rendição. A Alemanha então se encontrava em completa ruína e num caos infernal.

Karl Doenitz foi levado ao Tribunal de Nuremberg, sob a acusação pelos mais graves crimes que poderiam ser imputados a um marinheiro, não somente por conspirar para promover guerra agressiva e sua efetivação, mas também por crime de guerra, o crime de guerra de qualquer oficial naval: não fez nenhum esforço para salvar os sobreviventes de navios torpedeados. Além do mais, Doenitz levou à morte, de acordo com a acusação, centenas de não-combatentes, inclusive mulheres e crianças, passageiros de navios mercantes. Mas o Tribunal de Nuremberg acabou por considerá-lo culpado de haver cometido crimes contra a paz, mas não de haver conspirado para cometê-los. Foi também considerado culpado de crimes de guerra; seu apelo de *tu quoque* (“você é outro”) para a conduta de guerra submarina foi aceito, mas o Tribunal de Nuremberg disse que ele estava envolvido na Ordem de Comando e que permitira que fosse a mesma posta em prática depois que se tornara comandante-em-chefe da Marinha em 1944. Mas o testemunho que, indubitavelmente, salvou a vida de Doenitz partiu do Almirante norte-americano Nimitz e do Almirantado Inglês. E Doenitz foi condenado a dez anos de prisão na fortaleza de Spandau.

Mesmo depois dos julgamentos de Nuremberg, Doenitz continuou com sua obstinada defesa de Adolf Hitler. E ele ainda viveu o bastante para escrever suas equivocadas memórias, as quais nos servimos para apontá-lo como sendo o responsável direto pela matança de civis brasileiros.

Em 1957, em Wilhelmshaven, por ocasião de uma solenidade em memória da guerra naval, lá estava ele, Doenitz, com a mão por baixo do braço do seu ex-comandante-em-chefe da Marinha alemã – Almirante Raeder – visivelmente ajudando-o a conservar-se de pé. Ambos estavam livres e com todas as lembranças do que tinham e do que não tinham feito ao lado do megalomaniaco Hitler, o qual queria impor ao mundo o Milênio do III Reich. Mas o III Reich, que durou 12 anos e que foi construído com base na violência armada e que governou debaixo da violência institucional, provocou obviamente uma resposta violenta por parte de outras nações imperialistas, que finalmente o des-

truiu. As metas da política externa que foram esboçadas no *Mein Kampf* haviam transformado o mundo em um inferno e, em seu rastro, uma outra guerra surgiu: a Guerra Fria, justamente entre dois países, que se aliaram oportunamente para derrotar o nazi-fascismo.

FONTES

DOCUMENTAIS

Inquérito Policial-Militar sobre os torpedeamentos de agosto de 1942 da coletânea de documentos do Arquivo Histórico do Ministério do Exército.

BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a segunda guerra mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2002.

DAVIDSON, Eugene. *A Alemanha no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. t.2.

DUARTE, Paulo de Q. *Dias de guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1968.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha. *A Marinha do Brasil na segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: CAPEMI, 1982.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HUCK, Hermes Marcelo. *Da guerra justa à guerra econômica*. São Paulo: Saraiva, 1996.

KERSHAW, Ian. *Hitler: um perfil do poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEITE, Mauro Renault. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MASON, David. *Submarinos alemães: a arma oculta*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

MOURA, Nero. *Um vôo na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RHODES, Richard. *Mestres da morte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROHWER, Jurgen. Operações navais da Alemanha no litoral do Brasil durante a segunda guerra mundial. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n.18, 1982.

PEDROSA, J. F. Maya. *O enigma dos submarinos: nordeste do Brasil, 1942*. Maceió: Edições Catavento, 2001.

SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra*. São Paulo: Manole, 2003.

TEVENS, R.H. *Ten years and twenty days by Admiral Donitz*. Londres: Shenvall, 1959. p.183 e p.342.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.